

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.453 - RJ (2020/0078780-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **HALYSSON GUILBER MURI DE FREITAS (PRESO)**
ADVOGADOS : **FELIPE DA SILVA NEVES - RJ181803**
 JULIO CESAR DE ARAUJO MELO FILHO - RJ221753
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por HALYSSON GUILBER MURI DE FREITAS desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0004397-05.2020.8.19.0000, relator o Desembargador Marcus Basilio).

Foi o recorrente denunciado pela suposta prática da conduta descrita no art. 158, § 1º, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (extorsão com o emprego de arma de fogo).

A prisão temporária foi decretada em 2 de maio de 2019, e, em 19 de junho de 2019, foi decretada a prisão preventiva.

Buscando a revogação da custódia cautelar, impetrou a defesa *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, denegaram a ordem.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fls. 39/40):

HABEAS CORPUS – PENAL – PROCESSO PENAL – EXTORSÃO MAJORADA (DUAS VEZES) – PRISÃO PREVENTIVA – EXAME DA PROVA – VIA ELEITA IMPRÓPRIA – GRAVIDADE DO FATO EM CONCRETO – NECESSIDADE DA PRISÃO – INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS ALTERNATIVAS DIVERSAS – PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES – IRRELEVÂNCIA – EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO – PACIENTE FORAGIDO – INCIDÊNCIA DA SÚMULA 64 DO STJ – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM DENEGADA.

Esta Câmara tem entendimento firme no sentido que a via estreita do habeas não é o campo próprio para o enfrentamento e valoração da prova, bastando para a deflagração da ação penal respectiva a prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria. O amplo enfrentamento do conjunto probatório, que evidentemente só deve

ser feito após a colheita da prova sob o crivo do contraditório, não pode ocorrer através desta ação constitucional que não permite dilação probatória.

A prisão cautelar, aquela determinada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, é medida excepcional que somente deve ser decretada ou mantida quando evidenciada a sua necessidade, sendo indispensável que esteja escorada em elementos concretos que ensejem a sua adoção, não satisfazendo esta exigência constitucional a simples referência à gravidade em abstrato do fato, nada impede que seja decretada em razão da gravidade em concreto da imputação respectiva. De efeito, quando a narrativa concreta do evento indicia a periculosidade do agente, a prisão pode ser fundamentada em razão da gravidade em concreto do fato. No caso presente, a gravidade em concreto dos fatos imputados, por si só, justifica a manutenção da prisão preventiva, mostrando-se insuficiente a substituição por medidas cautelares diversas, sendo certo que a primariedade e bons antecedentes não são condições absolutas à concessão da liberdade provisória, sendo certo que outros habeas já foi impetrado em favor do ora paciente, sendo a ordem denegada (HC 0043539-50.2019.8.16.0000), oportunidade em que este colegiado, de forma unânime, reconheceu que, com relação ao paciente e outros acusados (HC 0045688-19.2019.8.19.0000 e 0060528-34.2019.8.19.0000), não todos (HC 0038580-36.2019.8.19.0000), a prisão se mostrava necessária, estando o decreto respectivo fundamentado na gravidade em concreto do fato e no comportamento imputado àqueles acusados. Contra esta decisão, foi manejado o recurso próprio ainda sem resultado no STJ.

Noutro giro, não há que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que o juiz, apontado como coator, já determinou a vinda completa das interceptações telefônicas realizadas, o que indica que a mídia respectiva será disponibilizada à defesa, que, querendo, inclusive, poderá requerer a renovação da prova. No tocante a alteração do quadro fático, o fato de a vítima não ter reconhecido de forma segura um dos acusados quando da audiência, por si só, não justifica o reexame da prisão neste momento, não só em razão do campo estreito do habeas não ser o próprio para tal fim, mas, também, porque o juiz destacou outros elementos probatórios capazes de indiciar (é o que basta no momento) o envolvimento direto do paciente no grave delito apontado na denúncia.

Não se caracteriza excesso de prazo quando a delonga processual é atribuída à própria defesa e à complexidade processual (Súmula 64 do STJ). In casu, o paciente se encontra foragido, ainda não tendo sido cumprida a ordem de prisão determinada. Ausência de constrangimento ilegal.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa a ilegalidade, ante a ausência de fundamentos suficientes, do acórdão que manteve a medida excepcional. Destaca não estarem presentes os requisitos descritos no art. 312 do

Código de Processo Penal. Sublinha, ademais, a violação do direito de acesso aos documentos acostados aos autos, situação de evidente cerceamento de defesa. Por derradeiro, asseve o excesso de prazo na formação da culpa.

Diante disso, pede, liminar e definitivamente, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a imposição das medidas cautelares descritas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o correspondente alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso, porque esclareceu o colegiado local que a prisão preventiva do réu foi decretada diante da gravidade concreta da conduta. Além disso, destacou, relativamente ao alegado cerceamento de defesa, que as mídias de interceptação telefônica foram juntadas aos autos pelo magistrado singular. Por fim, no tocante ao excesso de prazo, assinalou tratar-se de processo complexo, com quatro acusados, sucessivos pedidos liberatórios, encontrando-se o ora recorrente foragido, razão pela qual ainda não foi cumprida a ordem de prisão contra ele proferida.

Desse modo, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no

Superior Tribunal de Justiça

quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator